



**EPEPE**  
ENCONTRO DE PESQUISA  
EDUCACIONAL  
EM PERNAMBUCO

Educação e Desenvolvimento  
na Perspectiva do Direito à Educação

**Eixo Temático: PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: QUE  
PRÁTICA REFLETE A REALIDADE AVALIATIVA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS  
DA CIDADE DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE?**

Daniela de Sousa Apolinário Felix<sup>1</sup>

Elisiane Natália da Silva<sup>2</sup>

**Resumo**

Este artigo traz o resultado do levantamento da pesquisa que procurou analisar quais os métodos de avaliação na educação infantil e a sua relevância para o processo de ensino-aprendizagem e analisar se as práticas avaliativas das escolas investigadas correspondem ao que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Para responder as questões de forma mais clara aos nossos objetivos, utilizamos uma abordagem qualitativa. Para tanto, utilizamos na coleta de dados questionários com 10 perguntas. As participantes da pesquisa foram 10 professoras do grupo 4 e 5 da rede municipal de Vitória de Santo Antão. Como foi inquietado por nós no início da pesquisa, se as docentes supervalorizavam ou não métodos de avaliação com o objetivo de promoção. Com os achados da pesquisa, confirmamos que nas escolas pesquisadas, são utilizados métodos com o intuito de promoção, sendo contraditório ao que rege as Leis de Diretrizes e Bases da Educação. A porcentagem encontrada para essa afirmação foi significativa dentro dos levantamentos do trabalho.

**Abstract**

This article brings the result of the survey research that sought to analyze which are the evaluation methods in childhood education and its relevance to the teaching-learning process and to analyze if evaluation practices in the investigated schools correspond to which says Guidance Law and Basis of National Education (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB) The Brazilian Child and Adolescent Statute (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA). To answer these questions in a clearer way to our goals, we used a qualitative approach. Thereby, we used questionnaires with 10 questions in the data collect. The participants of the study were teachers in groups 4 and 5 of Vitória de Santo Antão city. We asked the teachers in the beginning of the research if they over valorized or not the evaluation methods with the intent of promotion. What was discovered in the investigation confirms that the methods are used with the intention of promotion in the schools researched,

---

<sup>1</sup> Concluinte em Pedagogia – Faculdade Escritor Osman da Costa Lins – FACOL [sousa5felix@hotmail.com](mailto:sousa5felix@hotmail.com)

<sup>2</sup> Concluinte de Pedagogia – Faculdade Escritor Osman da Costa Lins – FACOL [elisanaty20@hotmail.com](mailto:elisanaty20@hotmail.com)

which is contrary to the purpose of the Guidance Law and Basis of National Education. It was meaningful the perceptual of teachers which statements enabled us to get to this conclusion.

**Palavras Chave: Avaliação da aprendizagem, Práticas avaliativas, Educação infantil.**

## **1. Introdução**

Abordamos esse tema partindo dos questionamentos levantados em sala de aula na graduação, e alguns deles nos inquietaram na modalidade da educação infantil. Dentre várias problemáticas é comum encontrarmos nas escolas de educação infantil, casos em que a avaliação é intitulada como item principal do processo pedagógico, acrescentando nesta perspectiva um agravante, muitas vezes é visto na educação infantil a adoção da prática avaliativa tradicional.

Sendo relevante ressaltar, que diversos autores discutem sobre a temática da avaliação da aprendizagem na educação infantil, como Hoffmann (2006/2009); Luckesi (2008); Perrenoud (1999) e as leis elencadas em nossa pesquisa como LDB-1996, ECA- 1990, entre outros que sem dúvida contribuíram para estruturação do referencial teórico, na busca de responder os nossos objetivos proposto nessa pesquisa.

Vale salientar que nesta perspectiva da avaliação infantil o aluno não está no centro do processo pedagógico, ele é colocado como uma peça, em que o professor poderá: Manipular, podar, dirigir, reger, entre outros, promovendo com isso um clima de tensões e limitações, na ação avaliativa da educação infantil.

Buscamos por meio desta pesquisa, sermos coerente ao afirmar ou revogar sobre a utilização de práticas avaliativas na educação infantil. Nesse sentido, pretendemos contribuir com estudos já existentes, nos propomos a analisar a função da prática avaliativa na educação infantil a partir da percepção dos docentes. Já que no trabalho com as crianças temos que utilizar a avaliação inserida em todo o processo pedagógico ao longo do ano. Como objetivos específicos, buscamos saber quais os métodos predominantes de avaliação na educação infantil e a sua relevância para o processo de ensino e aprendizagem e analisar se a prática avaliativa das escolas investigadas corresponde ao que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por fim, salientamos a relevância acadêmica desse tema que poderá também contribuir para a formação de uma sociedade crítica, pois acreditamos que com atitudes diferenciadas

dos docentes levará a uma posição correta no ato da avaliação, porque é importante para a reflexão acerca da prática avaliativa e pedagógica

## **2. Referencial Teórico**

### **2.1. A respeito da Educação Infantil**

A educação infantil surgiu no Brasil, por volta da década de 1970, com o aumento do número de fábricas, a partir dos movimentos de mulheres e os de luta por creche, advindos da necessidade de criar um lugar para os filhos da massa operária, surgindo então às creches, com um foco totalmente assistencialista, visando apenas o cuidar. Só em 1988 a educação infantil teve o início do seu reconhecimento, quando pela primeira vez, foi colocada como parte integrante da Constituição, e em 1990, com o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA, Lei federal 8069/90), entre os direitos estava o de atendimento em creches e pré-escolas para as crianças até os 6 anos de idade. Pela primeira vez na história, uma Constituição no Brasil faz referência a direitos específicos das crianças, que não sejam aqueles circunscritos ao âmbito do Direito da Família.

Hoje a educação infantil é considerada como o período de vida escolar em que se atende, pedagogicamente, crianças com idade entre 0 e 5 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional chama o equipamento educacional que atende crianças de 0 a 3 anos de "creche". O equipamento educacional que atende crianças de 3 a 5 anos se chama "pré-escola". Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 201 art. 31, *na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento a registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental*. Seguimos a entender que na educação infantil a criança não pode ser avaliada por métodos que a promova ou selecione, ficando assegurado que todas as crianças que passam pela educação infantil são automaticamente promovidas ao ensino fundamental. Sendo assim, entendemos não ser adequado instituições implantarem métodos que evidenciem a promoção.

### **2.2. Conceituando a Avaliação**

Determinamos, desde muito cedo os comportamentos das crianças e, trabalhamos a sua obediência para o cotidiano da vida, com isso passamos a ser o agente ditador de regras sociais e morais, deliberando o certo e o errado por elas. No entanto, como as crianças

aprenderão o que é errado, se nunca errar? Sendo esse um dos objetivos da aprendizagem em conjunto com a avaliação na educação infantil, fazer da criança um ser crítico e fazendo com que ela perceba os acontecimentos em sua volta. A escola atuando como o segundo ciclo social na vida da criança ajuda a desenvolver o senso para a vida, e se tratando de criança a educação infantil é de fundamental importância. Nesta modalidade não há reprovação, o que ocorre nesse processo é o desenvolvimento e o conhecimento do incógnito, que para esses alunos, que são extremamente imaturos, iniciem o processo da aprendizagem. Nessa fase as crianças só evoluem a cada dia, uns menos outros mais, e esse aprendizado é visualizado pelos professores no decorrer do processo de aprendizagem, no dia-a-dia.

A visão construtivista ajuda na base da educação infantil, quando o docente adere para o seu cotidiano, fazendo com que apresente a valorização do saber da criança na sucessão dos dias.

(...) A ação avaliativa na educação infantil deve ser essencialmente contrária a uma concepção de julgamento de resultado. Principalmente por confiar nas possibilidades próprias das crianças, negando a determinação *a priori* de comportamentos esperados, e por introduzir a perspectiva da avaliação como fundamento da ação educativa a partir da valorização das crianças em suas manifestações. (HOFFMANN, J. 2006, p. 72)

Visualizamos que as crianças nesse período não reconhecem o motivo de estarem na escola e muito menos de serem avaliadas e, não sabem o que é certo ou errado. Como elas pensam aos 3 anos de idade, quando passam por uma avaliação onde visivelmente são bebês que ainda usam fraldas, nesse momento nos deparamos o desenvolvimento da criança através dos seus sentidos no tato, paladar, olfato, audição e visão. Sem que esse desenvolvimento seja avaliado unicamente com o intuito de promoção.

### **2.3 Uma Visão Construtivista**

Considerando, que o processo de avaliação é analisado para um ponto único no tempo e, nesta linha de raciocínio a avaliação ocupa uma posição autocrata, onde ela se torna o final do processo, quando deveria ser apenas uma peça no processo pedagógico. É corriqueiro os professores utilizarem a avaliação com o único objetivo de determinar notas e apresentar resultados quantitativos, vale salientar, que a determinação das notas não exatamente especifica a aprendizagem do indivíduo.

A avaliação na perspectiva construtivista se alinha a avaliação formativa, trabalhando com a personalidade e os conhecimentos do indivíduo, explorando as necessidades e as dificuldades de entender todo o âmbito que o rodeia, tendo essa prática também utilizada na didática do contexto escolar. Entretanto, devemos fazer a ligação entre a avaliação e o fracasso escolar, trazendo a capacidade de assimilar a responsabilidade dos resultados dos alunos como fracasso/sucesso desse processo pedagógico, considerando ambos os lados, tanto dos alunos, quanto dos professores que são os principais integrantes desse processo. A avaliação não é tão bem compreendida para os professores, muitos repudiam, achando um processo trabalhoso e cruel, segundo Jussara Hoffmann:

Professores e alunos que usam o termo atribuem-lhe diferentes significados relacionados, principalmente, aos elementos constituintes da prática avaliativa tradicional: Prova- Nota- Conceito- Boletim-recuperação- reprovação. Uma professora definiu avaliação como ‘conjunto de sentenças irrevogáveis de juizes inflexíveis sobre o réu, em sua grande maioria culpados’. Outra professora: ‘são Pedro, o que decide quem (entra ou não) no céu!’ (HOFFMANN, 2006. P. 13-14).

Analisando a citação de Hoffmann, com o que foi tratado anteriormente, refletimos que o processo da avaliação ocorre sem um significado único no âmbito escolar. Tanto os alunos, quanto os professores eles desconhecem a avaliação como um processo pedagógico e, reconhecem esse processo, *como um monstro de várias cabeças* (HOFFMANN, 2006). É relevante acrescentar que essa visão é de professores do ensino infantil ao ensino superior. Jussara Hoffmann chega a concluir no livro avaliação: mito & desafio, que o fenômeno avaliação é, hoje, “um fenômeno indefinido”. As instituições não utilizam a avaliação como sucesso/fracasso no processo pedagógico. Ressaltamos, a avaliação é utilizada para os professores ditarem o final do processo de aprendizagem, quando se define quem aprendeu ou não.

#### **2.4 A avaliação Utilizada como Medição**

Um dos métodos ainda utilizados para verificação da aprendizagem é o que tem seus resultados focados na medição, a mesma pode ser quantitativa ou qualitativa, com isso, é preciso que relembremos o conceito de medidas: É uma forma de grandeza, tendo uma como padrão e a outra como objeto a ser medido, seu resultado é apresentado pela quantidade de vezes que a medida padrão cabe dentro do objeto que está sendo medido.

Neste contexto o padrão de medida para os resultados da aprendizagem, é o “acerto” de questões, o alunado é submetido a um determinado teste, questionário, realizado a partir de algum assunto estudado e a medida dá-se através da contagem dos acertos, sendo assim, a medida da aprendizagem corresponde à quantidade de acertos sobre um determinado conteúdo, conseqüentemente esses acertos são convertidos em pontos e os mesmos em notas, passando a ser este transformado em padrão de medida. Esta prática está atrelada à medição quantitativa da aprendizagem, por se tratar de contagem numérica. Outra forma de medição do tema em questão utilizado é o termo intitulado por conceito, esse deixa de ter uma conotação numérica, passando a ter uma conotação verbal, neste caso os resultados são apresentados por meio de símbolos alfabéticos como, SS = superior, MS = médio superior, ME = médio, entre outros, ou por palavras que transmitem qualidades, tais como, Excelente, Muito bom, Bom, dentre outras, neste caso a medição da aprendizagem através de conceito se liga a forma qualitativa. Porém seja qual for o padrão de medida, nota ou conceito, esteja ele ligado para um estilo quantitativo ou qualitativo, é possível afirmar que ambos na verdade, mesmo que não se perceba diretamente, partem do princípio de numeração para avaliar, como confirma Luckesi (2006):

No caso das notas, a média é facilitada pelo fato de se estar operando com números, transformando indevidamente símbolos qualitativos em quantitativos; no caso dos conteúdos, a média é obtida após a conversão dos conceitos em números. Por exemplo, pode-se estabelecer a equivalência entre S e a nota dez, entre MS e a nota oito, e assim sucessivamente. A partir daí, basta fazer uma medida simples ou ponderada, conforme a decisão, obtendo-se o que seria a média da aprendizagem do educando no bimestre ou no semestre letivo. Aqui também ocorre a transposição indevida de qualidade para quantidade de tal forma que se torna possível, ainda que impropriamente, obter uma média de conceitos qualitativos.

Em contrapartida, o ambiente educacional não precisa ver a avaliação apenas como um processo puramente técnico, nele também poderá haver espaço para os sentimentos, envolvendo assim ambas as partes, docentes e discentes, com isso, ainda se pode ver o aspecto interacionista, quando se acredita na relação da teoria atrelada à prática. Método esse que faz relevância ao construtivismo, dando assim, total importância à autonomia do docente, possibilitando dessa forma, uma aprendizagem significativa, quando os conhecimentos precisam ser funcionais, isto é, os alunos utilizando os assuntos estudados de acordo com a

realidade deles, sendo sempre atrelado à lógica. Também aberta para vários questionamentos, refletindo não só como são avaliados, mas, contudo, refletir no ato de avaliar-se.

A terceira opção possível de utilização dos resultados da aprendizagem é a mais rara na escola, pois exige que estejamos, em nossa ação docente, polarizados pela aprendizagem e pelo desenvolvimento do educando; a efetiva aprendizagem seria o centro de todas as atividades do educador. Contudo, esta não tem sido a conduta habitual de educadores escolares; usualmente, estamos preocupados com a aprovação ou reprovação do educando, e isso depende mais de uma nota que de uma aprendizagem ativa, inteligível, consistente. (Luckesi, C. C. 2006. P. 91).

A avaliação da aprendizagem em sua instância deve auxiliar o educando em seu crescimento educacional, sendo um dos processos que se atrela à construção da aprendizagem, caminho esse que tanto educandos, quanto educadores precisam estar juntos, desenvolvendo uma avaliação que sirva como recurso auxiliador da aprendizagem e, deixe de ser utilizada como um recurso autoritário, o qual é usado para classificar, decidir, definir, sobre a vida escolar do educando.

### **3. Metodologia**

Este trabalho segue uma abordagem qualitativa, pois é uma pesquisa indutiva, onde compreendemos conceitos e idéias a partir do entendimento das educadoras acerca da prática avaliativa na educação infantil. Nessa perspectiva torna-se relevante que sejam definidos os parâmetros teóricos metodológicos que nortearão o estudo, na prática da pesquisa. *É atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. Envolvendo as questões da investigação que estão relacionadas à circunstâncias socialmente condicionadas* (MINAYO, 1998.p.17). Na mesma buscamos explorar a compreensão e a percepção das professoras envolvidas na pesquisa. Desta forma coletamos os dados a partir de questionários, pois, ao realizarmos a pesquisa qualitativa analisamos, refletimos e interpretamos os dados coletados. A pesquisa propiciará um aprofundamento do entendimento do contexto estudado.

Realizamos primeiramente um levantamento bibliográfico sobre a temática de avaliação, fundamentamos nossa pesquisa através informações de teóricos com domínio na temática. Segundo Gil (2002):

a pesquisa bibliográfica tem diversas vantagens. Ela permite que o investigador analise vários fenômenos de forma ampla. Além disso,

ela dá mobilidade para que o pesquisador possa fazer o levantamento sem se deslocar do seu ambiente.

Assim, realizamos o questionário que foi aplicado as docentes para a coleta de dados e, em seguida fizemos as análises das respostas do questionário, após a tabulação, transcrevermos as respostas das participantes da pesquisa com os resultados do questionário, produzindo um diagnóstico com a percepção dos entrevistados, gerando assim um relatório e análise final.

Logo, as participantes da pesquisa foram dez professoras da rede pública do município de Vitória de Santo Antão, buscando-se responder às questões inerentes aos nossos objetivos, o que nos possibilitou a construção de uma reflexão sobre as possíveis práticas de avaliativas na educação infantil.

O critério utilizado para a escolha das participantes da pesquisa foi serem professoras dos grupos 4 e 5 da educação infantil por acreditarmos que esses grupos em especial, de crianças com 4 e anos de idade, nos possibilitaria uma análise consistente e uniforme da prática avaliativa.

E finalmente, ampliamos a análise dos dados coletados para responder a problemática do estudo, esperando contribuir para reflexão sobre a importância da prática avaliativa na educação infantil, bem como a importância do mesmo para a prática pedagógica.

## **4.Resultados**

### **4.1 Escolas Municipais de Vitória de Santo Antão – O universo da nossa pesquisa**

Realizamos a pesquisa em três escolas municipais da cidade de Vitória de Santo Antão. As escolas escolhidas foram: Escola Municipal Pedro Ribeiro, Escola Municipal Mariana Amália, Escola Municipal José de Melo Xavier Junior. Optamos por essas escolas, duas por serem centralizadas e de fácil acesso, e a outra por estar situada na periferia da cidade, nosso objetivo com isso foi identificar discordância ou concordância nas respostas dos docentes, observando se há diferença na prática avaliativa do docente a partir da condição social que a escola está inserida, como um ponto, mais não deixando de ser nosso objetivo principal a avaliação da aprendizagem.

### **4.2 Os sujeitos da Nossa Pesquisa**



As docentes que participaram da pesquisa são profissionais que já trabalham na área de 3 a 20 anos, presumindo-se que tenham conhecimento da prática avaliativa no processo pedagógico, sendo também todas as docentes graduadas. Assim, formamos o grupo com 10 participantes para obtermos o resultado para nossa pesquisa.

Partimos da questão, onde se inicia o direito da criança de ter educação gratuita e pautamos a idade assegurada para o início da vivência escolar garantida na Constituição Federal Brasileira de 1988 – CFB/ 88. Identificamos, que as crianças estão nos grupos de 4 e 5 anos idade, com isso encontram nos padrões de idade citado na CFB/88. Art. 208. Inciso *IV- atendimento em creche e pré-escola as crianças de zero a seis anos de idade.*

#### **4.4 Os Docentes Envolvidos e o Conhecimento da LDB e da Educação Infantil**

Levantamos a importância de a criança frequentar a escola na educação infantil, com a idade de 4 e 5 anos, e as respostas obtidas em maior porcentagem foi: “laços de amizade e aprendizagem”, sendo proposto pela professora 01 e afirmado pelas professoras 08, 09 e 10. Relacionando a resposta encontrada a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Art. 29. *a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, e seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.*

Em suas falas, as professoras enfatizam diversos aspectos que justificam e reforçam a importância das crianças frequentarem a Educação Infantil na idade certa, pautando como laços de amizade e aprendizagem, formação de conteúdo, respeitar regras e aprendizagem com a família, desenvolver social, intelectual, psicomotor e cognitivo. De acordo com o que nós verificamos nas respostas dos questionários das professoras há fundamentos no que elas falam como podemos ver nas respostas destacadas a seguir.

##### **Laços de amizade:**

A importância das crianças frequentar a escolar e para desenvolver laços de amizade e de aprendizagem com os colegas (Prof.01 – Escola A).

É de suma importância, pois é nessa idade que a criança irá socializar-se com os outros (Prof.08 – Escola B).

É importante para eles desenvolver sua capacidade de ativar seu raciocínio lógico, para que eles interajam com seus coleguinhas, e

adquiri conhecimentos dentro da aprendizagem escolar (Prof.09 – Escola C).

A socialização, pois a criança interagindo com outra desde cedo no ambiente escolar terá facilidade de se adaptar nas séries seguintes (Prof.10 – Escola C).

Fica notório que as respostas das professoras atendem parcialmente a legislação, deixando de atender os aspectos físico, psicológico e, respondendo em parte o nosso questionamento. Conforme foi especificado acima quando fundamentamos a questão na lei 9.394/96.

As docentes demonstram entendimento empírico na modalidade da educação infantil, sendo observado por nós nas longas visitas que fizemos nas escolas para aplicarmos o questionário.

Seguindo com o conhecimento das docentes, expomos que, o projeto político pedagógico é o documento mais importante da escola, sendo assim todos os professores devem ter conhecimento e saber o que ele estabelece para cada modalidade de ensino. Perguntamos, sobre o subsidio do projeto político pedagógico à educação infantil nas escolas em questão. No questionário aplicado, entre dez docentes, sete responderam que “sim”. “É importante ressaltar que os educadores precisam ter clareza das finalidades do projeto político pedagógico de suas escolas” (Veiga, 2002. P. 05).

Vimos que, a maioria das docentes em questão tem conhecimento do projeto político pedagógico, e sabem que entre suas atribuições o “PPP” deve contemplar a educação infantil.

Foi perguntado com base no Estatuto da criança e do adolescente, se os pais têm participação efetiva no processo pedagógico. Pois é de extrema importância a participação dos pais nos processos pedagógicos, acarretando segurança na criança, em sua caminhada escolar.

Com embasamento na Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB, estava em questão como são contemplados os aspectos físico, psicológico, intelectual e social em sala de aula. Pois, a escola atuando como o segundo ciclo social na vida da criança ajuda a desenvolver o senso para a vida, e se tratando de criança na educação infantil esses aspectos são de suma importância.

Vê-se que a maioria das professoras contempla em suas atividades diárias, o desenvolvimento das crianças através de “jogos músicas e brincadeiras”. Afirmamos que as respostas obtidas correspondem aos critérios determinados pela LDB. Com isso entendemos que não se deve trabalhar com as crianças de forma fragmentada, e sim, atendendo de forma

geral esses aspectos e sem haver a valorização demasiada de conteúdo que proporcione classificação através da avaliação.

#### **4.5 Os Docentes e a concepção, os métodos e os instrumentos de avaliação na educação infantil.**

Em relação à concepção na avaliação da aprendizagem na educação infantil, propomos as professoras explanarem sobre o conhecimento em avaliação. Nosso objetivo nesta questão também foi que as docentes reflitam ao nos explicar sobre suas práticas.

Minha concepção é que os alunos seja avaliados continuamente para que os alunos seja avaliados continuamente para que o professor possa trabalhar melhor o conteúdo proposto (Prof.02 – Escola A).

A avaliação na educação infantil é muito complexa, porque depende diretamente da avaliação das crianças. Isso exige o olhar atento da professora, que observa, estuda suas reações e confia na suas possibilidades. Por meios de projetos e atividades planejadas, a professora precisa acompanhar e avaliar a aprendizagem das crianças (Prof.04 – Escola B).

A avaliação na educação infantil se dá através do dia-dia, pelo desenvolvimento de cada um nas suas habilidades (Prof.05 – Escola B).

Que não haja através do método tradicional, com provinhas. A avaliação para os mesmos deve ser continua, pois a cada dia ela se desenvolve de maneira a ser considerável (Prof.06 - Escola B).

É através da avaliação contínua, que se tem um bom rendimento na educação infantil (Prof.08 – Escola C).

Observamos as respostas sobre a concepção de avaliação na educação infantil e, de cinco em dez professoras citaram: “os alunos seja avaliados continuamente”. Vale destacar que Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB (2011:31), *na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento a registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental*. Vê-se que as respostas das professoras não contemplam promoção e se enquadram ao que estabelece a LDB

(2011:31). É interessante pontuar que as docentes pelo que falam, elas seguem uma visão com perspectivas construtivista, como pautamos na fundamentação da pesquisa é importante explorar as necessidades e as dificuldades de cada criança entendendo todo o âmbito que a rodeia, tendo essa prática na didática e no cotidiano escolar.

A avaliação da aprendizagem em sua instância deve auxiliar o educador em seu crescimento educacional, sendo um dos processos que se atrela a construção da aprendizagem, reunido a nossa fundamentação perguntamos se as aulas contemplam métodos avaliativos e, as docentes foram unânimes em responderem: “SIM”. Segundo Luckesi, C. C. 2010. P. 91(...) *a efetiva aprendizagem seria o centro de todas as atividades do educador*. Sendo assim os métodos avaliativos deveriam servir como recurso auxiliador da aprendizagem, e não sejam utilizados como um recurso autoritário.

Abordamos as docentes sobre instrumentos avaliativos, citamos os mais utilizados em sala, na questão e destacamos estes: observação, interação, iniciativa, prova e pareceres.

Conforme pontuamos anteriormente, sobre métodos tradicionais, é inevitável deixar de pontuar que ainda existam na educação infantil métodos avaliativos com o objetivo de promoção, como fala Hoffmann: *Professores e alunos que usam o termo atribuem-lhe diferentes significados relacionados, principalmente, aos elementos constituintes da prática avaliativa tradicional: Prova- Nota- Conceito- Boletim- recuperação- reprovação*. Mesmo que em menor escala fica gritante que ainda hoje 14% das docentes pesquisadas utilizam o instrumento avaliativo mais tradicional intitulado como “PROVA” e, na educação infantil esse método já deveria ter sido abolido. Seguimos a entender, que na educação infantil a criança ela não pode ser avaliada por métodos que a promova ou selecione, ficando assegurado que todas as crianças que perpassam pela educação infantil elas são automaticamente promovidas ao ensino fundamental.

Levantamos quais os métodos de avaliação utilizados e sua importância para o ensino-aprendizagem, e identificamos que a maior parte das professoras reforça a utilização da “avaliação contínua”, e quanto à importância da avaliação, cinco entre dez professoras pautaram sobre “o processo de aprendizagem e interação”. Segundo Hoffmann (2006) (...) A ação avaliativa na educação infantil deve ser essencialmente contrária a uma concepção de julgamento de resultado. Principalmente por confiar nas possibilidades próprias das crianças (...). Como falado pelas professoras e citado por Hoffmann, acreditamos que avaliação segue contínua e, ao que indica, sem julgamentos de resultados.

As docentes foram indagadas sobre quem determina os métodos avaliativos e nessa questão encontramos que os métodos avaliativos na sua maioria não são determinados pelas

professoras, envolvem coordenação e secretaria municipal de educação, as quais implantam avaliações acatadas pelas docentes. Segundo Hoffmann 2006 (...) “*desconexão entre o acompanhamento que o educador faz de sua criança, todos os dias, e os registros de avaliação elaborados ou compreendidos pelas instituições*”. Percebemos que houve contradições nas respostas entre as questões sete e oito, onde, na proposição sete, as docentes afirmam ter uma avaliação contínua. Entretanto, na questão em destaque as avaliações são definidas por terceiros, entende-se que é praticamente impossível os setores citados terem noção da didática avaliativa. É possível na educação infantil a avaliação ser definida por terceiro? Hoffmann responde: “*Perceber a criança como o centro da ação avaliativa consiste em observá-la curiosamente e refletir sobre o significado de cada momento de convivência com ela*”.

Fica claro que quando Hoffmann ressalta sobre o docente observar e refletir para entender o momento de desenvolvimento da criança.

Como analisado anteriormente na pesquisa sobre avaliação da aprendizagem na educação infantil, encontramos métodos que correspondem tanto à linha construtivista, quanto a tradicional, sendo relevante em parte para o processo de ensino aprendizagem. Os métodos levantados ou respondidos pelas docentes eles contemplaram de forma fragmentada ao que rege a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pois nos asseguramos na lei 9.394/96:29, *que toda criança deve ter o desenvolvimento integral em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social*, não sendo comprovado em sua totalidade. E conforme orienta o Estatuto da Criança e do Adolescente *é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico*, confirmamos a partir desta pesquisa que na realidade os pais não se apoderam desse direito.

## **5. Considerações finais**

Iniciamos essa pesquisa com algumas inquietações, “as docentes supervalorizam ou não métodos de avaliação com o objetivo de promoção”.

Certificamos que nas escolas pesquisadas da rede municipal da cidade de Vitória de Santo Antão, são utilizado métodos com o intuito de promoção, e a porcentagem encontrada para essa afirmação foi significativa dentro dos levantamentos, como propomos anteriormente a avaliação na educação infantil ela deve seguir de forma ao que rege as Leis de Diretrizes e Bases da Educação para se obter um método sem promoção, e também após as leituras para essa pesquisa vimos que a avaliação realizada com métodos errados pode até frustrar a criança no início da formação intelectual.

## 6. Referências

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Lei 8.069 de julho de 1990, Recife – PE. Agosto, 2011.

GIL, Antônio Carlos. como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.171 p.

HOFFMAN, Jussara. Avaliação Mediadora: Uma prática da construção da pré-escola à universidade/ Jussara Maria Lerch Hoffmann. – Porto Alegre: Mediação, 2009. 160 P.

\_\_\_\_\_. Avaliação – Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre – 36ª Edição, editora Mediação, 2006.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. – 7. Ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011. 102 p.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições/ Cipriano Carlos Luckesi – 18. Ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Sócia: Teoria, método e criatividade, 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico/Antônio Joaquim Severino. – 23. Ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção possível. 14ª edição Papyrus, 2002.